



O LIBERALISMO E O CAPITALISMO AINDA SÃO AQUELES¹

Paulo Kramer

Professor de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

Analista da Kramer & Ornelas - Consultoria.

Membro do Centro de Pesquisas Estratégicas "Paulino Soares de Sousa", da UFJF.

kramer.paulo@uol.com.br

Bem vindos à primeira -- e, espero, única -- Lei de Kramer: "Quanto mais caro o colégio, mais comunista o professor de história". No longo período que lecionei Introdução à Ciência Política para calouros da Universidade de Brasília, jamais deixei de me intrigar com suas afirmações peremptórias de que o Brasil e a sua injusta estrutura social nada haviam mudado desde as capitâneas hereditárias, de que a classe dominante brasileira se reproduzia inalterada desde a casa-grande colonial até a bancada do PFL no Congresso Nacional etc, etc.

Para desintoxicar aquelas nóveis mentes, eu propunha à turma o seguinte exercício: levantar, na biblioteca, as 15 ou 20 últimas edições anuais de "Maiores e Melhores" da revista *Exame* e indicar quantos e quais líderes empresariais permaneceram no topo daquelas classificações durante todo o período estudado. O resultado sempre surpreendia a garotada. Com exceção de Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, as demais posições eram renovadas por um constante entra-e-sai de nomes,

¹ Publicado, no mês de Janeiro de 2009, em *Broadcast*, serviço de informações e análises políticas e econômicas, via internet, para assinantes da Agência Estado.

firmas e ramos substituindo antecessores decadentes depois de seu mais ou menos breve apogeu.

Conclusão: o Brasil sempre foi/continua sendo um país revoltantemente desigual, mas, ao mesmo tempo, sobretudo a partir de meados do século XX, multiplicou oportunidades de enriquecimento para os indivíduos, famílias e comunidades mais empreendedores. Eu aproveitava a perplexidade dos meus jovens discípulos diante daquele ovo de Colombo histórico (os antigos ensinavam que a filosofia nasceu do espanto do ser humano diante do mundo...) para familiarizá-los com o conceito de "destruição criativa", cunhado pelo economista austríaco, radicado em Harvard, Joseph A. Schumpeter (*Teoria do desenvolvimento econômico*, coleção "Os Economistas", da Abril Cultural, várias tiragens), que, assim, caracterizava a dinâmica do capitalismo. Nele, os protagonistas são os empreendedores -- daí, volta e meia, topamos com a expressão empreendedor schumpeteriano --, tipos que, na busca incessante do lucro, não param de inventar e experimentar novos produtos, processos, práticas gerenciais e de comercialização, criando e destruindo riqueza numa espiral infinita em que a oferta cria a demanda, como, já no século XVIII, postulava o economista fisiocrata francês Jean-Baptiste Say.

No debate dessas idéias e das dúvidas e críticas que elas suscitavam em classe atestei quão certos foram os diagnósticos de liberais pátrios como o filósofo e historiador Antonio Paim (*O liberalismo contemporâneo*, terceira edição, revista e ampliada. Londrina: Humanidades, 2007, e *Momentos decisivos da história do Brasil*. S. Paulo: Martins Fontes, 2000); o antropólogo Roberto DaMatta (*Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*); o diplomata e analista junguiano José Osvaldo de Meira Penna (*Em berço esplêndido*. Rio: Topbooks, 1999); o saudoso também diplomata, político e ensaísta José Guilherme Merquior (*O argumento liberal*. Rio: Nova Fronteira, 1984, e *Liberalismo: antigo e moderno*. Rio: Nova Fronteira, 1991); e o inesquecível estadista do desenvolvimento econômico brasileiro, Roberto Campos (a melhor síntese do seu pensamento encontra-se no livro de memórias *A lanterna na popa*. Rio: Topbooks, duas ou três edições e várias tiragens). Todos eles meditaram sobre as

profundas raízes culturais do anticapitalismo e da aversão ao modelo de sociedade liberal reinantes nesta Terra da Santa Cruz.

Para resumir, a ideologia brasileira perene é uma gororoba composta dos seguintes ingredientes: aversão ao lucro originária da Contra-Reforma ibérica dos séculos XVI e XVII; ódio rousseauiano à sociedade burguesa -- complexa, cosmopolita, competitiva, iluminista --; patrimonialismo estatizante (os bens públicos considerados patrimônio privado dos governantes e das suas patotas burocráticas, políticas e empresariais), legado do Estado monárquico português, por vezes assumindo verniz modernizador (do marquês de Pombal a Getúlio Vargas); doses abundantes de positivismo de caserna e, claro, de marxismo semi-analfabético a reinar soberano nas cartilhas dos níveis fundamental e médio das mesmas escolas que, em pleno século XXI, não se pejam de professar a vulgata econômica codinominada *História da riqueza do homem*, escrita em meados dos anos 30, pelo simpatizante stalinista americano Leo Huberman.

Não admira que, submetidos a esse implacável regime de encolhimento cerebral, os calourtos da UnB, quase todos egressos dos mais chiques colégios particulares da capital federal, chegassem às minhas aulas rigorosamente incapazes de compreender o Brasil e o mundo à sua volta.

Título desmistificador

Tenho certeza de que a faina ingrata de desemburrecimento geracional a que eu e meus companheiros da escassa parcela liberal de acadêmicos brasileiros nos dedicamos anos a fio haveria sido significativamente suavizada se então existisse um texto de apoio como este admirável *Neoliberal, não -- liberal: para entender o Brasil de hoje e de amanhã*. Recém-lançado pela Editora Globo, o livro do jornalista Carlos Alberto Sardenberg, colunista de *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, comentarista da rádio CBN, do *Jornal da Globo* e também do *Jornal das Dez*, este na Globo News, é uma pequena (166

páginas) jóia de educação econômica. E política.

Confesso que fui fisgado logo pelo título. É que há muito tempo estou convicto de que não passa de xingamento inconseqüente o rótulo de *neoliberal* pespegado pela esquerda viúva do Muro de Berlim, desde o final dos anos 80/início dos 90, a quem quer que ousasse defender os programas de privatização introduzidos na Grã-Bretanha pela então primeira-ministra Margaret Thatcher e as políticas de desregulação aplicadas nos Estados Unidos pela administração Ronald Reagan -- políticas e programas que não tardariam a se difundir pelos países desenvolvidos e emergentes, dentro e fora do extinto bloco soviético, ao redor do mundo, em uma onda universal de lipoaspiração estatal que derrubou inúmeras barreiras à liberdade de produzir, consumir, vender, comprar, exportar, importar, enfim, prosperar.

Não há, repito, nada de *neo* nesse receituário, derivado de uma vigorosa tradição intelectual que remonta a pensadores como o escocês Adam Smith (1723-1790), pai da economia política moderna; passa pelos expoentes da chamada Escola Austríaca, Ludwig von Mises (1881-1973, cuja obra magna é *Ação humana*. Rio: Instituto Liberal, várias tiragens) e Friedrich A. von Hayek (1899-1992, prêmio Nobel de economia de 1974 e autor, entre outras obras capitais, de *O caminho da servidão*, publicado no Brasil pelo mesmo Instituto Liberal e que, desde sua primeira edição [1944], segue sendo o *best seller* número um do catálogo da University of Chicago Press; e chega ao maior nome do Departamento de Economia daquela universidade, Milton Friedman (1912-2006), prêmio Nobel de 1976.

Aliás, o que de melhor posso desejar aos futuros leitores de Sardenberg, especialmente os mais jovens, é que o livro produza em seu espírito a mesma sensação emancipadora que experimentei, há quase 30 anos, no começo de minha estrada de Damasco para fora do bestiário marxista-leninista-gramsciano-terceiro-mundista, ao folhear os ensaios de Friedman reunidos em *Capitalismo e liberdade* (também na coleção "Os Economistas", da Abril), *Livre para escolher* e *A tirania do status quo* (os dois últimos

em colaboração com sua companheira de toda a vida, Rose, e aqui publicados pela Record. A autobiografia do casal Milton e Rose Friedman, *Two lucky people* [University of Chicago Press, 1998], é igualmente imperdível): a sensação de que o liberal-capitalismo é, cada vez mais, a onda do futuro.

Alta popularização

Neoliberal, não -- liberal... não poderia ter chegado em momento mais premente, agora que bobocas de todos os matizes, diria Nelson Rodrigues, capricham no laço da gravata, pigarreiam diante dos microfones e alçam a fronte para sentenciar, extáticos, que chegou a crise derradeira do capitalismo mundial. Ora, bastar-lhes-ia olhar para trás, do século XIX em diante, que veriam a si mesmos reproduzindo o embaraçoso papel de arautos de uma grande explosão que nunca aconteceu, pois o capitalismo, na lição schumpeteriana da destruição criativa, saiu de cada crise sempre mais forte.

A propósito, como bem esclareceu o meu inesquecível amigo, mestre e chefe Jefferson Péres, em seu último artigo para a *Folha de S. Paulo*, sugestivamente intitulado "A sucata mental" (07/03/08, p. A3), "O grande erro de Marx [...] foi imaginar que o capitalismo permaneceria imutável, apenas agravado em seus defeitos, na forma de aumento da concentração da riqueza e crescente pauperização do trabalhador". E logo em seguida: "Por sua vez, o erro dos discípulos de Marx -- principalmente Lênin e seus seguidores -- foi não terem percebido que o remédio receitado, o socialismo, só teria validade se realizada a profecia da explosão do capitalismo, supostamente a concorrer nos países mais desenvolvidos. Se tal na corresse, o remédio não se aplicaria. Não deu outra. Fracassou, 75 anos depois, ao perder a competição com o Ocidente, mais dinâmico e eficiente, e onde o velho capitalismo morrera, não por explosão, como queria Marx, mas por evolução mutante, ao se transformar numa espécie de natureza diferente: a economia de mercado. A rigor, um pós-capitalismo, que a obsolescência das idéias não consegue distinguir do velho capitalismo".

C. A. Sardenberg já havia produzido uma obra modelar de jornalismo investigativo aplicado à história imediata (*Aventura e agonia: nos bastidores do Cruzado*. S. Paulo: Companhia das Letras, 1987) e, mais recentemente, um guia prático de economia para leigos (*O assunto é dinheiro*, tendo por co-autora Mara Luquet, do Valor Econômico. S. Paulo: Saraiva, 2006). Agora, ele ilumina a proverbial resiliência desse modo de produção, cuja vocação sempre foi universalizante. Na página 144, após lembrar que o capitalismo é a força motriz da elevação de 600 milhões de chineses acima da linha da pobreza, desde a introdução das reformas econômicas de Deng ("Não importa que o gato seja preto ou branco, desde que pegue os ratos") Xiaoping no final da década de 70, o autor enumera outras de suas façanhas no curto período de 13 anos, o mais recente surto de globalização, tais como:

. "em 1993 [...], a economia mundial crescia a um índice medíocre de 1,2% ao ano, com inflação [média] de 35%;

. "nos treze anos seguintes, de ampla liberalização mundo afora, o produto mundial cresceu na média de 3% ao ano, acumulando expansão de 45% no período; e isso em meio a uma dramática redução da inflação, que atingiu 3,7% em 1995;

[...]

. "conforme dados do Banco Mundial, em 1993, 22% da população mundial vivia com menos de US\$ 1 ao dia, isso representava 1,2 bilhão de pessoas. Já em 2001, essa proporção de pobres cairia para 17,8%, cerca de 1 bilhão de pessoas [...]"

Sardenberg esmiúça as causas, as conseqüências e os significados dessas e de muitas outras tendências cruciais do nosso tempo na linguagem leve e bem-humorada que é a marca das suas colunas e comentários. Com efeito, os oito capítulos do livro resultam de uma elegante costura atualizada das melhores entre essas matérias, num trabalho de editoração que contou com auxílio da jornalista Renata Pedini, sua colega de CBN.

O produto final é um belo exemplo do que os franceses chamam de *haute vulgarisation*, popularização do melhor nível, a rara arte de tornar fáceis os temas mais difíceis para o maior número possível de pessoas.

Destaques

Nesta resenha, que já se prolonga para além dos limites do razoável (!), não quero estragar o prazer de descoberta dos futuros leitores, limitando-me a destacar algumas passagens que me impressionaram mais vivamente. É o caso do terceiro e do oitavo capítulos (respectivamente, "Esquerda, direita, nem tanto" e "Privatizações, ideologia e necessidade"), notáveis pela nitidez conceitual com que historiam a 'rendição' de comunistas chineses, socialistas ou trabalhistas europeus, social-democratas e esquerdistas sortidos latino-americanos (FHC e Lula no Brasil, Lagos e Bachelet no Chile) -- menos inspirados por uma genuína conversão ideológica do que empurrados pelo realismo pragmático -- às cláusulas pétreas da economia de mercado: propriedade privada e competição regulada por marcos jurídicos garantidores dos contratos e amistoso ao empreendimento lucrativo. Uma economia que se pauta por duas observações centrais de Smith, em *A riqueza das nações*, cuja primeira edição data de 1776: (1) não é graças à generosidade do padeiro, do açougueiro e do cervejeiro que eu janto diariamente, mas à sua ambição de ganharem o meu dinheiro; e (2) o governo deveria suspeitar sempre que empresários se encontram, mesmo que a pretexto de um inocente almoço ou *happy hour*, pois eles aproveitarão qualquer oportunidade para entrar em acordos nocivos ao interesse da livre concorrência e, por conseguinte, dos consumidores.

Trocando em miúdos: (a) não existe almoço grátis, como mais tarde doutrinaria Friedman; e (b) liberdade sem regras degenera na selvageria da lei do mais forte. Se Estado sem mercado é distopia totalitária, mercado sem regras, geralmente asseguradas pelos governos, é impossibilidade prática. O que faz a diferença são a qualidade dessas regras e a consistência com que são aplicadas e punidos os seus infratores.

Recapitulando, portanto: não foi a falta de regulamentos que inflou a bolha hipotecária americana, cujo estouro acarretou a presente crise econômico-financeira mundial. A raiz da crise reside numa regulação defeituosa, politicamente patrocinada pelo Executivo e pelo Congresso dos Estados Unidos, que, ávidos por reivindicar crédito eleitoral pela popularização do sonho da casa própria, forçaram as agências de refinanciamento imobiliário Fannie Mae e Freddie Mac a escancararem a porteira para a farra do *subprime* (Devedores com capacidade de pagamento para lá de duvidosa empanhavam suas hipotecas a fim de obter mais crédito e, assim, endividar-se ainda mais. Os bancos e financeiras, por sua vez, emprestavam centenas de vezes o valor do seu patrimônio...) Agora, como prelúdio à inescapável reengenharia das regras do mercado financeiro, os bancos centrais e tesouros nacionais, nos Estados Unidos, na Europa, no Brasil, enfim, no mundo inteiro, injetam trilhões no sistema bancário para impedir seu colapso. Sardenberg esclarece que, ontem, hoje e sempre, governos fazem isso não para salvar os banqueiros, mas para proteger da destruição em massa os ativos confiados a seus bancos, dinheiro dos "seus clientes, seus investidores, credores e tomadores", enfim, da sociedade. Ao mesmo tempo, assinala que, "passada a fase do 'danem-se os americanos' [...], as autoridades pelo mundo afora estão dizendo: é uma intervenção momentânea. o sistema privado será preservado tão logo esteja restabelecida a confiança" (p. 14).

Se o leitor insistisse para que eu indicasse mais um capítulo essencial, minha escolha recairia sobre o sexto ("Quinze anos com a mesma política econômica"). Nele, o autor mostra como a 'herança bendita' do fernando-malanismo -- cifrada no tripé estabilidade de preços, graças ao regime de metas inflacionárias/responsabilidade fiscal com âncora no superávit primário (economia feita pelo governo para pagar os juros da dívida e manter o endividamento público sob controle)/ câmbio flutuante-- foi aproveitada pelo governo Lula para surfar na onda crescimento mundial dos últimos anos e capitalizá-lo politicamente sob a forma de índices messiânicos de popularidade presidencial, mas não para liderar com seriedade uma decidida agenda de reformas (tributária, previdenciária, trabalhista, desburocratizadora), único caminho para a redução da carga, eliminação dos entraves ao empreendedorismo e aumento da capacidade nacional de poupança e

investimento a níveis comparáveis aos dos países emergentes mais bem-sucedidos na conquista do crescimento econômico e do desenvolvimento humano em bases sustentáveis.

"Quanto mais capitalismo, melhor!"

Disso e de muito mais nos fala Sardenberg no seu livro, tendo sempre o cuidado de ilustrar os dados estatísticos e os raciocínios econômicos mais complicados com frases de uma luminosidade inesquecível. Aqui estão, por falta de tempo e espaço, apenas os meus três trechos preferidos.

- "[...] a desigualdade estava no início do capitalismo, quando a diferença era ter ou não ter aquilo que melhora a vida. Há desigualdade entre andar de Ferrari e de carro popular. Mas é bem menor do que entre ter e não ter carro, este acessível a um número de pessoas cada vez maior, em consequência de uma combinação menor, maior renda e ampliação dos sistemas de financiamento. A expansão do capitalismo trouxe ao mesmo tempo maior desigualdade de renda e maior igualdade material e, pois, de qualidade de vida [...]" (p. 132).

- "O pessoal olha o tamanho da Vale hoje [US\$ 4,6 bilhões em investimentos em 2006, contra apenas US\$ 400 milhões em 1997, seu último ano como empresa estatal; 44 mil empregos diretos em 2007, contra apenas 11 mil em 1997] e diz que saiu a preço de banana. Bobagem. É como o sujeito que vende uma casa caindo aos pedaços e depois, vendo a residência reformada, acha que perdeu dinheiro" (p. 153).

- "[...] a privatização sempre empaca em algum ponto aqui no Brasil. Sabem por quê? É que a rejeição à privatização não é uma plataforma apenas da esquerda. O centro e a direita, criados na cultura de obter tudo do Estado, também precisam de estatais para atender ao interesse de suas clientelas, que vai desde empregar correligionários até gastar dinheiro e investir ali onde tem votos, isso para não falar de outras práticas

[waldomirogate, mensalão, valerioduto, aloprados?...]. A novidade do governo Lula foi mostrar que, nisso, a dita esquerda republicana é igualzinha à direita fisiológica.

"E ainda dizem que isso aqui é neoliberal" (p. 163).

Como corretamente observa o autor, foi esse atavismo cultural que provocou o fatal 'amarelão' de Geraldo Alckmin na reta final de sua disputa com Lula, quando da campanha eleição presidencial de 2006. Confrontado com as insinuações do petista de que o tucano, se eleito, procederá à fulminante privatização do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras (bom de mais para ser verdade!), o cérebro deste foi esmagado pelo fardo histórico de idéias retrógradas. Assim, lhe faltou o mínimo de vivacidade para, na frente das câmeras, sacar do bolso um telefone celular e rebater: "Graças à privatização das telecomunicações, promovida pelo governo do meu PSDB, quase 100 milhões de brasileiros têm hoje um aparelhinho como este. Antes disso, quando a telefonia era monopólio estatal, uma linha chegava a custar US\$ 5 mil no mercado paralelo, só os ricos podiam falar à vontade pagando contas telefônicas ridiculamente baixas, que eram subsidiadas pelos impostos pagos pelos pobres, e estes estavam condenados a à fila do orelhão..."

Dois mil e nove será o ano em que a era Lula começará a terminar -- se com maior ou menor graciosidade e charme, isso vai depender, principalmente, do impacto da crise internacional na economia brasileira. Uma coisa, porém, desde já é certa: para varrer a sucata ideológica que impede o Brasil de se desenvolver na plenitude do seu potencial e chegar ao futuro que merecemos, obras como a de Carlos Alberto Sardenberg precisam cada vez mais ser lidas, meditadas e divulgadas, no mundo dos negócios, na vida pública e, sobretudo, nos colégios e universidades. A máxima que sintetiza o seu pensamento ("quanto mais capitalismo, melhor; quanto mais mercado livre, melhor", p. 14) é a fórmula que os países mais prósperos há muito tempo aprenderam a praticar.